

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

PROJETO DE LEI Nº 4792, DE 2005

*“Acrescenta dispositivo à Consolidação das
Leis do Trabalho, para dispor sobre a
execução no processo trabalhista.”*

Autor: Deputado ITAMAR SERPA

Relator: Deputado JOSÉ CARLOS ALELEUIA

VOTO EM SEPARADO

I - RELATÓRIO

Pretende o Projeto em questão impedir o bloqueio das contas das empresas pelos Juízes Trabalhistas, através do convênio firmado com o Bacen, na fase de execução, para a garantia do pagamento dos débitos trabalhistas.

Põe fim à possibilidade de se penhorar dinheiro ao acrescentar parágrafo único ao art. 883 da CLT, prevendo a impenhorabilidade do dinheiro depositado em conta corrente do devedor ou dos sócios da empresa.

Argumenta o autor que esse convênio (penhora on line) e o conseqüente bloqueio indiscriminado das contas correntes das empresas prejudica não só os empregadores, mas os próprios empregados que acabam ficando sem seus salários.



774E902918

Defende que a empresa tem que saldar seus compromissos não apenas com os ex-empregados, mas também com os atuais.

Foi apresentada uma emenda na CTASP.

É o relatório.

II - VOTO EM SEPARADO

Visa o Projeto alterar a redação do art. 883 da CLT (tratam do processo de execução trabalhista), acrescentando parágrafo único ao art. 883 da CLT, prevendo a impenhorabilidade do dinheiro depositado em conta corrente do devedor ou dos sócios da empresa.

O Projeto está aguardando deliberação dessa Comissão, após o que será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

O Relator, Deputado José Carlos Aleluia, em seu relatório ressalta a possibilidade da penhora com algumas limitações.

Todavia, entende que o modelo implementado pela Justiça do Trabalho, em nome da efetividade do processo trabalhista, subverte a máxima de se preservar as fontes de geração de renda para a preservação do emprego.

Em seu substitutivo, o relator prevê, no § 1º, que a penhora em dinheiro somente será possível após o trânsito em julgado da decisão, o que inviabilizaria a execução provisória, dificultando a agilização processual, sendo que recai sobre os valores considerados incontroversos pelas partes, na maioria das vezes.

Já no § 2º, há a previsão de que o valor não excederá a execução. Ocorre que isso já está previsto em Lei, tendo sido cumprido pelos magistrados.

No § 3º, essas previsões já estão previstas na legislação em vigor.

Ocorre que a fase de execução tem se revelado uma das mais difíceis do processo trabalhista. Após o encerramento da fase de conhecimento, que não raramente demora anos, o exequente é submetido a nova *via crucis* processual, se quiser ver a decisão judicial transformada em dinheiro. Muitas vezes, na tentativa de concretizar seu direito, o trabalhador depara-se com devedor cujo patrimônio revela-se ilíquido ou dilapidado.



774E902918

Prevendo essas dificuldades e tendo por fim mitigá-las, a legislação processual autoriza que o credor promova a execução provisória da sentença, quando esta for impugnada mediante recurso, recebido só no efeito devolutivo (art. 587 do Código de Processo Civil – CPC).

O desenvolvimento do sistema de penhora *on line*, cuja utilização é prevista em convênio firmado entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Central do Brasil, deu grande agilidade às execuções trabalhistas, desestimulando a interposição de recursos que visavam unicamente a protelar o trânsito em julgado.

Lamentavelmente, a ação do Judiciário Trabalhista contra a morosidade tem sofrido grande oposição, sobretudo por parte dos maus empregadores, que lucram com a demora indefinida para a conclusão definitiva do processo. A reação dos devedores tem dado azo a decisões que invertem a lógica do processo, esquecendo-se de que o principal objetivo da execução é satisfazer o direito do credor.

Com o objetivo de proteger o trabalhador exeqüente e confirmar a prioridade que a penhora de dinheiro deve ter para a rápida solução da reclamação trabalhista é que acreditamos na indiscutível rejeição desse Projeto de Lei.

Diante do exposto, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 4792, de 2005.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Clair da Flora Martins

Deputada Federal - PT/PR



774E902918